

## A DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: UMA PROPOSTA DE MAPEAMENTO SÓCIO- ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

*Evanir Regina Moro Peichoto (UNIFEV)*  
*Ada Borges Custódio (UNIFEV)*

### **Resumo**

O trabalho proposto consiste no levantamento, sistematização e análise de informações socioeconômicas do município de Votuporanga-SP. Historicamente, estudos científicos comprovaram que o processo de urbanização, na maioria das cidades brasileiras, ocorreu sem planejamento prévio, excluindo uma parcela significativa da sociedade que vive nas áreas periféricas e que não desfrutam de direitos como educação, assistência médica e lazer, bem como serviços de transporte, vias pavimentadas, rede de água e esgoto, entre outros. Tal pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecer e investigar o perfil do cidadão que habita e transforma tal espaço, etapa imprescindível para subsidiar a realização de um planejamento social sustentável, objetivando a propositura de sugestões mitigadoras. A pesquisa será realizada sob a ótica quantitativa e qualitativa. Através da realização de trabalhos de campo e aplicação de questionários pretende-se mapear a realidade local para identificar e compreender os anseios e perspectivas das comunidades residentes nesses espaços.

**Palavras-chave:** Sistematização. Processo de urbanização. Espaço das periferias.

### **Introdução**

*“O espaço é a acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 1997).*

Num momento em que o processo de globalização expõe as mazelas do desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento sócio-espacial, várias questões vêm à tona, entre as quais o papel do governo municipal no planejamento e gestão urbanos, sob o ponto de vista da democratização do espaço público, especialmente o das periferias urbanas.

Constata-se que, quando a situação de empobrecimento de grande parte da população torna-se preocupante e perigosa, a ação governamental volta-se para a implementação de programas assistencialistas, que na maioria das vezes não são adequadamente fiscalizados e não resolvem os problemas a que se propõem, demonstrando que um planejamento eficiente evitaria tais ações.

Dessa maneira, destacamos a questão no município de Votuporanga, cujo acelerado processo de urbanização em função do crescimento da atividade industrial, resultou em situações que, em última instância, determinou a exclusão social de grupos e comunidades.

A despeito das tentativas de planejamento urbano realizados pelas sucessivas administrações municipais, ainda persiste em Votuporanga uma periferia carente em recursos e excluída de direitos a serviços e infra-estrutura básica como rede de esgoto e água, iluminação pública, vias de circulação pavimentada, espaços de lazer, transporte eficiente, entre outros.

Essa situação é fruto de um planejamento e gestão urbana que muitas vezes não leva em consideração a opinião, os interesses, os anseios e as necessidades reais dos principais interessados nesse processo: as pessoas que vivem nessa periferia. Um passo importante para a resolução desse problema seria a realização de um planejamento participativo, com ações integradas entre as diversas esferas sociais, tendo como ponto de partida, a produção e socialização de um elemento fundamental em tempos de globalização: a informação.

Assim, tal pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecimento do espaço das periferias votuporanguenses como elemento essencial para a identificação de um perfil do cidadão que habita e transforma tal espaço, etapa imprescindível para subsidiar a realização de um planejamento social sustentável, que viabilize a identificação de deficiências e dê suporte para a propositura de sugestões mitigadoras, assegurando melhorias na qualidade de vida desse cidadão e a justiça social.

O objetivo geral da pesquisa reside no levantamento de informações sócio-econômicas que permitam a elaboração e execução de políticas públicas de ação integrada entre os diversos segmentos que compõem a esfera social, no sentido de subsidiar uma intervenção adequada dos órgãos públicos e privados e assim assegurar melhores condições de vida às comunidades envolvidas.

Entre os objetivos específicos destacam-se:

- contextualizar a área de estudo em âmbito micro e macrorregional e nacional;
- conhecer as potencialidades e problemas sócio-ambientais da área em questão;
- coletar informações de infraestrutura básica;
- elaborar mapas referenciais das regiões e bairros investigados;
- incentivar e facilitar o planejamento de ações participativas que envolvam a comunidade e atendam aos seus reais interesses e necessidades.

A pesquisa será realizada sob a ótica quantitativa e qualitativa, visto que buscará estruturar-se a delimitação de áreas carentes de infra-estrutura básica, já identificada pelos órgãos públicos municipais e posteriormente, através da realização de trabalhos de campo e aplicação de questionários, identificar e compreender os anseios e perspectivas das comunidades residentes nesses espaços, empreendendo uma análise integrada dessa questão, mapeando a realidade local.

## 1. Desenvolvimento

*“A história é um processo sem-fim; mas os objetos mudam e dão uma geografia diferente a cada momento da história”.* (KANT, 1802)

O Planalto Ocidental Paulista foi uma das últimas regiões do estado de São Paulo a ser ocupada e incorporada pelo modo de produção capitalista. Há registros oficiais que comprovam que a metade oriental do estado de São Paulo estava povoada ao começar o século XX; Agudos, Jaú, Jaboticabal, Orlândia eram os pontos extremos das ferrovias na conquista do interior.

A Mojiana, avantajando-se a todas as demais companhias, levou mais longe seus trilhos, além do Rio Grande, conquistando para São Paulo, todo o Triângulo Mineiro. Fora disso, apenas alguns núcleos de povoamento existiam em pleno sertão: Santa Cruz do Rio Pardo e Rio Preto. Além, “terras desconhecidas, habitadas por índios”, como se escrevia nas cartas geográficas do início do século XX.

A primeira década do século XX marca exatamente a conquista deste sertão desconhecido. A lei de migrações da época fez do mineiro e de seu carro de boi instrumentos poderosos de penetração, foram eles que desbravaram, por último, todo o sertão que restava limitado pelos rios Tietê, Grande e Paraná.

Entrando rincões adentro o bravo sertanista, para não se isolar construiu vias, estradas nas convenientes direções. Assim, em 1892, durante o governo do Dr. Américo Brasiliense, iniciaram a construção da estrada do Taboado. A estrada, que partia do porto do Taboado, em Mato Grosso, alcançava o bairro do Ribeirão de São João, mais tarde Viradouro – SP. –

último ponto habitado ao norte de São José do Rio Preto, em 1895.

No rastro destas terras marcharam novas legiões que umas após outras foram invadindo audaciosamente a floresta e formando núcleos ou aldeias, que pouco depois se transformavam em vilas ou cidades. Desta forma, o matagal de ontem, transformava-se no braseiro e cinzas, para constituir-se depois, num campo de cultura. Tudo muda e se transforma vertiginosamente. Os pequenos lugarejos transformavam-se em grandes centros urbanos. E, nos sertões virgens, soberbos e perigosos, a onda humana abria picadas, agrupava núcleos, numa avidez de conquistas. A riqueza rústica do sertão, de forma sublime e épica abriu os braços para acolher os “colonos do café”, em sua maioria imigrantes e descendentes, principalmente de italianos, após a crise econômica que assolou a cafeicultura paulista em 1929.

No processo histórico de penetração do Oeste Paulista foram importantes os ciclos do gado, as grandes fazendas, em particular as de café, que formaram parte de uma estratégia importante, não só para atrair capitais, mas para atrair populações que já possuíam certa experiência com a lavoura. Na verdade, o deslocamento das lavouras, em direção ao sertão paulista, promoveu não só a ocupação do espaço, mas implicou na formação de uma intrincada rede de relações entre pessoas, entre classes sociais, e, no intercâmbio, fez surgir uma cultura tipicamente regional que estabeleceu imposições sociais e políticas, definiu hábitos, costumes, criou tradições que interferiram na consciência dos homens.

Assim, essa população advinda com a “franja pioneira”, miscigenada com os mineiros, foi a responsável pela formação das cidades nos sertões paulistas. Votuporanga, uma dessas cidades, teve uma trajetória diferenciada. A partir da década de 1960 o município experimentou um ritmo de mudanças muitas vezes superior ao registrado na primeira metade do século XX. Em todos os setores passaram a surgir inovações a cada instante, impondo um comportamento mais dinâmico ao município.

A crise da cafeicultura, entre outros motivos, fez com que o município voltasse sua atenção para outra atividade, a indústria, que rapidamente promoveu transformações no espaço urbano votuporanguense. Vários setores industriais desenvolveram-se no município, especialmente, aquele ligado à fabricação de móveis, além de outros, que conferiram notoriedade nacional à indústria votuporanguense, citando como exemplo a fábrica de carrocerias Facchini, uma referência nesse ramo industrial.

A criação de distritos industriais impulsionou o crescimento dessa atividade que atraiu mão-de-obra de vários locais da região, além dos trabalhadores que já residiam na cidade. Houve um aumento populacional que demandou o surgimento de loteamentos e bairros próximos aos distritos industriais para atender as necessidades de moradia dos operários. O centro da cidade deixou de exercer a função residencial para concentrar, predominantemente, as atividades comerciais e serviços, sofrendo grande transformação. Enfim, ocorreu uma urbanização em ritmo acelerado, cuja principal consequência foi o surgimento de uma periferia desprovida de infra-estrutura adequada, que mais tarde originou as favelas, gerando um problema grave para a administração municipal.

Assim, o referencial teórico da pesquisa será estruturado em concepções que abordem o planejamento e gestão urbana como ferramentas de promoção do desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 2003), que valorizem a percepção ambiental como método de apreensão do espaço (FERRARA, 1999; DEL RIO; OLIVEIRA, 1999), que apontem e analisem as vantagens de um processo de participação da coletividade (DAGNINO, 2002; DEMO, 2001; RICO; DEGENSZAJN, 1999), entre outras contribuições teóricas citadas na bibliografia.

Visando o cumprimento dos objetivos propostos, o projeto será estruturado em etapas. Num primeiro momento, proceder-se-á ao levantamento de bibliografias que complementem a proposta inicial, no sentido de possibilitar consistência teórica à pesquisa, as quais serão

selecionadas, lidas e fichadas para posterior elaboração do marco teórico. Concomitantes a esta etapa serão realizadas visitas às secretarias municipais envolvidas com a questão urbana e social, para a coleta de dados quantitativos e qualitativos a respeito do tema, elemento fundamental para a organização das próximas atividades da pesquisa, entre as quais, a delimitação da área de estudo.

Uma vez delimitada a área de estudo, serão organizadas visitas de sondagem à mesma, no intuito de captar elementos a serem observados e questionados aos moradores. Em seguida, proceder-se-á à elaboração de roteiros de entrevistas e questionários, que contenham questões relativas às condições de vida dos moradores, principais necessidades e deficiências, perspectivas e propostas. A etapa seguinte consistirá na pesquisa de campo, a fim de checar "*in loco*" as informações obtidas em fontes secundárias (bibliografias, entrevistas, mapas) e fornecer subsídios para complementar os estudos e recolher dados não informados ou indisponíveis aos pesquisadores, além de captar as particularidades dos moradores e do local; para tanto, além da observação o pesquisador aplicará os roteiros de entrevista ou questionários elaborados na etapa anterior.

De posse de dados quantitativos e qualitativos, a próxima etapa estará concentrada na interpretação e análise desses, sistematizando-os e representando-os graficamente, com o objetivo de facilitar a compreensão da realidade e orientar as etapas seguintes, ou seja, a elaboração de material cartográfico, com a confecção de mapas referentes aos problemas sociais constatados, além da elaboração de material audiovisual e fotográfico, que ilustre os problemas diagnosticados e sensibilize o poder público para as necessidades da população carente das periferias, passo inicial para um planejamento direcionado.

### **Considerações finais**

A partir do desenvolvimento desse projeto espera-se atingir, entre outros, os seguintes resultados: o desenvolvimento acadêmico dos alunos envolvidos, visto que a realização de atividades constituintes de um projeto de pesquisa contribuem para a formação profissional desses alunos, uma vez que permite o enriquecimento teórico e a prática dos conhecimentos adquiridos nos cursos, além de oportunizar o planejamento e a participação na gestão municipal.

O atual momento político educacional brasileiro apresenta condições propícias para o desenvolvimento de programas de extensão acadêmica como prática para interligar a Universidade à sociedade, objetivando o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, como fatores de superação das desigualdades sociais e de democratização das Instituições de Ensino Superior (IES).

Ao reafirmar a Extensão Universitária voltada à comunidade como processo acadêmico indispensável na formação do aluno-cidadão, o MEC cria espaços que permitem as IES ampliarem o processo de produção, inovação e transferência de conhecimentos às comunidades onde estão inseridas, bem como abre perspectivas para o intercâmbio do saber, para a conquista e o exercício da cidadania participativa e para a construção de um conteúdo imagético da identidade institucional.

Ao propiciar condições simultâneas de análise das relações entre o local, o regional, o nacional, o mundial, e a complexidade sócio-espacial entre as inter-relações, as atividades extensionistas representarão parâmetros de avaliação (da) e para a própria Universidade.

Outro importante resultado que se espera obter é a divulgação da instituição (UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga), uma vez que, além do ensino e da pesquisa, a extensão também se constitui em uma das funções das instituições de ensino superior. O desenvolvimento de projetos que envolvem a comunidade (local ou regional) é fundamental

para que a UNIFEV demonstre a importância do seu papel frente à sociedade, além de reforçar as atividades de ensino e pesquisa. Enfim, a UNIFEV deve estar em sintonia com os interesses da sociedade que a cerca e através de projetos desse nível, transformar-se em uma ativa parceira do poder público na busca de justiça social e melhoria da qualidade de vida da população, além de ocupar a posição de um centro regional de pesquisas sociais.

Nesta perspectiva, a pesquisa espera contribuir para o desenvolvimento sócio-espacial do município de Votuporanga, pois a implantação de um banco de dados sócio-econômicos consistirá em importante subsídio para as políticas de planejamento, redirecionando os investimentos públicos municipais, e, conseqüentemente, reconfigurando o espaço e as condições de vida das populações envolvidas.

## Referências

CAMPOS FILHO, Cândido M. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*. 4. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

COHN, Amélia. Os governos municipais e as políticas sociais. In: SOARES, José A.; BAVA, Sílvio C. (Org.). *Os desafios da gestão municipal democrática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

COVRE, Maria de L. M. *O que é cidadania*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos; 250).

DAGNINO, Evelina (Org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1996.

FERRARA, Lucrecia D. *Olhar periférico: informação, linguagem e percepção ambiental*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIX, Mariana de A. B. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção social*. São Paulo: Boitempo, 2001.

LEFBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MINAYO, Maria C.de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. (Coleção Temas Sociais).

PEICHOTO, Evanir Regina Moro. *Do sonho pioneiro à incorporação capitalista: reflexões sobre a trajetória do café no município de Votuporanga – 1940 a 1980*. 2001. 211f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 158-163	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

RICO, Elizabeth de M.; DEGENSZAJN, Raquel R. (Org.). *Gestão social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

SANTOS, Milton. *Repensando o espaço do homem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998. (Coleção Espaços).

SOUZA, Marcelo L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Maria Adélia de. *Governo Urbano*. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleção Espaços).

SPOSITO, Eliseu. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 2001.

SPOSITO, Maria E. B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 2000.